

# História

Aluno

## Caderno de Atividades Pedagógicas de Aprendizagem Autorregulada - 04

2ª Série | 4º Bimestre

Disciplina	Curso	Bimestre	Série
História	Ensino Médio	4º	2ª
<b>Habilidades Associadas</b>			
1. Contextualizar os processos políticos do 1º Reinado, Regências e 2º Reinado.			
2. Discutir os limites da cidadania presentes no estado imperial.			
3. Identificar estratégias de dominação e resistência que promoveram inclusão e/ou exclusão social.			

## Apresentação

A Secretaria de Estado de Educação elaborou o presente material com o intuito de estimular o envolvimento do estudante com situações concretas e contextualizadas de pesquisa, aprendizagem colaborativa e construções coletivas entre os próprios estudantes e respectivos tutores – docentes preparados para incentivar o desenvolvimento da autonomia do alunado.

A proposta de desenvolver atividades pedagógicas de aprendizagem autorregulada é mais uma estratégia pedagógica para se contribuir para a formação de cidadãos do século XXI, capazes de explorar suas competências cognitivas e não cognitivas. Assim, estimula-se a busca do conhecimento de forma autônoma, por meio dos diversos recursos bibliográficos e tecnológicos, de modo a encontrar soluções para desafios da contemporaneidade, na vida pessoal e profissional.

Estas atividades pedagógicas autorreguladas propiciam aos alunos o desenvolvimento das habilidades e competências nucleares previstas no currículo mínimo, por meio de atividades roteirizadas. Nesse contexto, o tutor será visto enquanto um mediador, um auxiliar. A aprendizagem é efetivada na medida em que cada aluno autorregula sua aprendizagem.

Destarte, as atividades pedagógicas pautadas no princípio da autorregulação objetivam, também, equipar os alunos, ajudá-los a desenvolver o seu conjunto de ferramentas mentais, ajudando-o a tomar consciência dos processos e procedimentos de aprendizagem que ele pode colocar em prática.

Ao desenvolver as suas capacidades de auto-observação e autoanálise, ele passa a ter maior domínio daquilo que faz. Desse modo, partindo do que o aluno já domina, será possível contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades originais e, assim, dominar plenamente todas as ferramentas da autorregulação.

Por meio desse processo de aprendizagem pautada no princípio da autorregulação, contribui-se para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o aprender-a-aprender, o aprender-a-conhecer, o aprender-a-fazer, o aprender-a-conviver e o aprender-a-ser.

A elaboração destas atividades foi conduzida pela Diretoria de Articulação Curricular, da Superintendência Pedagógica desta SEEDUC, em conjunto com uma equipe de professores da rede estadual. Este documento encontra-se disponível em nosso site [www.conexaoprofessor.rj.gov.br](http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br), a fim de que os professores de nossa rede também possam utilizá-lo como contribuição e complementação às suas aulas.

Estamos à disposição através do e-mail [curriculominimo@educacao.rj.gov.br](mailto:curriculominimo@educacao.rj.gov.br) para quaisquer esclarecimentos necessários e críticas construtivas que contribuam com a elaboração deste material.

**Secretaria de Estado de Educação**

## Caro aluno,

Neste caderno, você encontrará atividades diretamente relacionadas a algumas habilidades e competências do 4º Bimestre do Currículo Mínimo de História da 2ª Série do Ensino Médio. Estas atividades correspondem aos estudos durante o período de um mês.

A nossa proposta é que você, aluno, desenvolva estas Atividades de forma autônoma, com o suporte pedagógico eventual de um professor, que mediará as trocas de conhecimentos, reflexões, dúvidas e questionamentos que venham a surgir no percurso. Esta é uma ótima oportunidade para você desenvolver a disciplina e independência indispensáveis ao sucesso na vida pessoal e profissional no mundo do conhecimento do século XXI.

Neste Caderno de Atividades, o aluno vai compreender um importante período político da História do Brasil: o Império do Brasil. Conhecerá o período imperial dos governos D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II. Irá compreender também os momentos tensos entre esses dois períodos, o período regencial, e também o processo abolicionista.

Este documento apresenta 03 (três) aulas. As aulas podem ser compostas por uma **explicação base**, para que você seja capaz de compreender as principais ideias relacionadas às habilidades e competências principais do bimestre em questão, e **atividades** respectivas. Leia o texto e, em seguida, resolva as Atividades propostas. As Atividades são referentes a um tempo de aula. Para reforçar a aprendizagem, propõe-se, ainda, uma **avaliação** e uma **pesquisa** sobre o assunto.

Um abraço e bom trabalho!

**Equipe de Elaboração**

## Sumário

✚ <b>Introdução</b> .....	3
✚ <b>Aula 1: O Primeiro Império (1822-1831)</b> .....	5
✚ <b>Aula 2: Período Regencial (1831-1840)</b> .....	9
✚ <b>Aula 3: O Segundo Império ( 1840-1889)</b> .....	14
✚ <b>Avaliação</b> .....	19
✚ <b>Pesquisa</b> .....	21
✚ <b>Referências</b> .....	22

## Aula 1: O Primeiro Império (1822-1831)

Caro aluno, o primeiro imperador do Brasil foi aclamado em 12 de outubro de 1822. E o Império no Brasil terminou apenas no dia 15 de novembro de 1889. Foi um longo período, nada fácil para os governantes e nem para os seus governados. Nessa aula iremos tratar do primeiro império, sob o comando do mesmo que proclamou a independência do Brasil: D. Pedro I.



[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro\\_I\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_do_Brasil)



<http://www.monarquia.org.br/-/obrasilimperial/Bandeirashistoricas.html>

Logo em setembro de 1822, D. Pedro I editou alguns decretos e um deles era a respeito da bandeira do império. Eis o decreto: “O Brasão de armas do Brasil do Reino Unido serão, em um campo verde, uma esfera armilar sobreposta em uma cruz da Ordem de Cristo a esfera do ouro circulado por 19 estrelas de prata em m círculo azul; e uma coroa real com os diamantes ajustados sobre o protetor, os lados de que embracado por duas plantas do café e do tabaco, como emblemas de seus (riquezas do reino), em suas cores apropriadas e serão amarrados no fundo com o fitão nacional”. O artista responsável pela bandeira foi Jean Baptiste Debret com a colaboração de José Bonifácio de Andrada e Silva. As 19 estrelas representavam as províncias.

O Império que surgiu após a independência teria um caráter constitucional. Ou seja, o imperador deveria obedecer a uma constituição que seria feita a partir de deputados constituintes. Sendo assim, uma assembleia constituinte se formou em maio de 1823 e tinha representantes de várias províncias brasileiras (nessa época o que nós conhecemos hoje como estado eram chamados de províncias). Para a sua produção, houve inúmeros debates entre os deputados que ao final aprovaram um projeto de constituição que limitava os poderes do Imperador. Ou seja, ele teria que se submeter às leis e isso não foi do seu agrado. Então, ele tomou algumas atitudes que foram classificadas como autoritárias: dissolveu a assembleia constituinte, nomeou 10 pessoas da sua confiança para escrever uma nova constituição, e em 1824 a outorgou.

#### COROAÇÃO DE D. PEDRO I. OBRA DE JEAN-BAPTISTE DEBRET



[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro\\_I\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_do_Brasil)

Bem, o que isso significava, caro aluno? Através dessas 10 pessoas da sua confiança o imperador fez a constituição que mais lhe agradava, cuidando para não perder alguns privilégios. Entre eles o seu poder sobre os demais poderes da monarquia. Além dos três poderes já conhecidos naquele período, o executivo, o legislativo e o judiciário, ele criou também o **Moderador**. E sabe para que ele existia? Para o Imperador ter mais poder. Ou seja, D. Pedro I exerceria dois poderes: o

executivo e o moderador. Esse último poder, exercido exclusivamente por ele, lhe dava possibilidade de dissolver a câmara dos deputados, nomear ministros, presidentes das províncias (o equivalente aos governadores hoje) e intervir em outros poderes.

Além desses 4 poderes, a constituição também estabeleceu algumas características para o nascente Império: a forma de governo seria uma monarquia constitucional e hereditária. O que isso significava? Que deveria haver uma constituição e que o papel de imperador seria passado de pai para filho. Ou seja, D. Pedro I deixaria o cargo, quando morresse para o seu filho. A constituição de 1824 também tocou num assunto muito importante para o período: a escravidão. Tudo continuaria como antes, ou seja, a mão de obra principal do império seria a do africano escravizado. Além desses pontos, a constituição consagrou a exclusão de muitos setores sociais. Por exemplo, para ter o direito do voto, o cidadão precisaria ter uma determinada renda. E as eleições não seriam de forma direta. Haveria duas fases: os votantes (renda líquida anual de 100 mil réis) escolheriam os eleitores (renda líquida anual de 200 mil réis) que por sua vez votariam nos deputados e nos senadores. Por sua vez, para ser candidato a deputado era necessária uma renda mínima de 400 mil réis e para senador, uma renda de 800 mil réis. Percebeu, caro aluno, como era muito diferente as eleições? Ou seja, nem todos tinham acesso à participação política.

O período do governo de D. Pedro I não seria muito fácil. O país vivia uma crise econômico-financeira, muito provocada por conta das indenizações que o Brasil teve que pagar a Portugal para ter reconhecida a sua independência. Para pagá-las, o império teve que fazer empréstimos a bancos estrangeiros e emitir moeda. Isso aumentou a inflação o que gerou uma grande impopularidade em relação ao imperador. Além disso, a **Guerra da Cisplatina** que ocorreu de 1825 a 1828, entre Brasil e Argentina, pela posse da Província de Cisplatina, atual Uruguai, importava em altos gastos financeiros.

Diante de uma crise econômica e política vivida no Brasil, D. Pedro teve que enfrentar outro problema. Em Portugal, o seu pai, D. João VI, morreu em 1826. Com isso, o trono de rei de Portugal ficou vago. O herdeiro direto, nesse caso, era o imperador do Brasil, D. Pedro. Mas, como ele assumiria o trono português sendo Imperador do Brasil? A solução encontrada foi renunciar o cargo de rei em favor de

sua filha, D. Maria da Glória. No entanto, um problema apareceu. O irmão de D. Pedro I, D. Miguel, deu um golpe e tirou a própria sobrinha do trono. Enquanto isso, no Brasil, o imperador, sabendo de todos esses problemas, resolveu reagir para reconquistar o trono português para a sua filha. Bem, e os brasileiros nessa situação toda? Ficaram mais insatisfeitos ainda com o imperador que estava mais preocupado com os problemas de Portugal do que com os do Brasil. A insatisfação aparecia nos jornais que circulavam pela Corte e em outras províncias.

D. Pedro I não conseguiu resolver a crise do Brasil e de Portugal ao mesmo tempo. A solução encontrada por ele foi **abdicar**, ou seja, deixou o cargo de Imperador para o seu filho no dia 7 de abril de 1831. O problema é que seu filho, Pedro de Alcântara, tinha apenas 5 anos de idade. Como se tornaria Imperador com essa idade? Esse foi o início da regência. Mas é assunto da nossa próxima aula. Vamos agora exercitar os nossos conhecimentos desse importante período da história do Brasil.

# Atividade 1

1. Observe o organograma abaixo e explique qual o lugar ocupado pelo Imperador e o que significava.



[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=artigos\\_leitura\\_pdf&artigo\\_id=4037](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4037)

---

---

---

---

## Aula 2: Período Regencial (1831-1840)

Caro aluno, como o Brasil ficaria sem o Imperador e com o seu sucessor, o filho, com apenas 5 anos? Haveria uma solução: a regência. Nessa aula, iremos tratar desses 9 anos aproximadamente quando o Brasil ainda era um império, mas não era comandado por um imperador.

Quando D. Pedro I abdicou, já se sabia que o seu filho não poderia assumir o trono por conta da idade. Na constituição havia uma solução para esse caso. O artigo 123 da constituição determinava que caso não houvesse um sucessor direto do presidente, o país teria que ser governado por um conselho de três regentes, que seriam eleitos pelo Legislativo. E assim deveria ficar o país até o imperador completar 18 anos.

No entanto, o período regencial não seria tão simples. Inúmeros grupos políticos discutiam suas posições nos jornais e no Parlamento. Entre esses grupos é importante destacar três:

- Restauradores: defendiam a volta de D. Pedro I e representava os comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos;
- Liberais exaltados: pediam a descentralização do poder e autonomia das províncias e o sistema federalista e, alguns, republicanos. Representavam os profissionais liberais, pequenos comerciantes e funcionários públicos modestos e militares de baixa patente;
- Liberais moderados: defendiam a preservação da unidade territorial e a monarquia, porém, sem absolutismo. A manutenção da escravidão também era defendida por esses grupos que representavam os grandes proprietários rurais de São Paulo, Minas Gerais e do nordeste.

Esses grupos foram redefinidos em 1834 quando D. Pedro I morreu em Portugal. Por isso, não fazia sentido a existência dos grupos dos restauradores, cuja

bandeira principal era a volta do imperador. Após 1837, esses grupos ficaram mais bem definidos entre progressistas e regressistas.

O período da Regência teve duas fases:

- Avanço liberal: Entre os anos de 1831 e 1837. É assim chamado por ter sido um período com fortes ideias liberais prevalecendo e de autonomia das províncias;
- Regresso conservador: de 1837 até 1840. Foi uma época de perda de parte da autonomia das províncias e com a centralização do poder. Além de ter sufocado parte das revoltas iniciadas no período anterior.

As revoltas regenciais foram assim chamadas por acontecerem durante a regência e em várias províncias do Império. Os motivos dessas revoltas eram variados. Problemas econômicos, sociais e políticos eram os motivos dessas revoltas que ocorreram de forma independente uma da outra, e conforme pode ser visto no mapa abaixo, ocorreu também em períodos variados, mas grande parte no período regencial.

#### MAPA DAS REVOLTAS REGENCIAIS



[http://www.apoioescolar24horas.com.br/salaaula/estudos/historia/643\\_revoltas\\_regenciais/revoltasregenciais\\_content.html](http://www.apoioescolar24horas.com.br/salaaula/estudos/historia/643_revoltas_regenciais/revoltasregenciais_content.html)

**Cabanagem**, Grão Pará: revolta popular com a participação de homens e mulheres pobres, negros, indígenas, mestiços e que trabalhavam na floresta vivendo em casas simples e em cabanas, por isso o nome do movimento. Os revoltosos foram apoiados por alguns fazendeiros locais e que também estavam descontentes com o poder central. Os revoltosos e os fazendeiros locais não se entendiam quanto à reivindicação de alguns pontos do movimento, entre eles o fim da escravidão e a distribuição de terras. Por isso, o movimento foi enfraquecido e reprimido pelo poder regencial.

**Farrapos**, Rio Grande do Sul: a Revolução Farroupilha foi a mais longa do Brasil e chegou até o segundo Império. As causas da Farroupilha estão ligadas aos problemas econômicos enfrentados pelos produtores rurais gaúchos. Baseada na criação de gado e na produção de charque (carne bovina salgada e seca ao sol), sofria a concorrência dos produtos importados. Os revoltosos tomaram a capital da província, Porto Alegre, e pretendiam fundar uma república, a República Rio-Grandense. A revolta se expandiu para Santa Catarina. Apenas 10 anos depois do início da revolta ela foi derrotada pelos militares comandados por aquele que seria o Duque de Caxias.

#### ILUSTRAÇÃO DA BATALHA NO SUL



[http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_dos\\_Farrapos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Farrapos)

**Sabinada**, Bahia: ocorreu na Bahia e foi liderada por um médico, o Francisco Sabino, por isso o nome da revolta, Sabinada. O objetivo era criar um regime republicano na província durante o período regencial. Um governo provisório foi criado em Salvador pelos revoltosos mas não causou empolgação na população. O movimento foi combatido pelos fazendeiros que temiam perder seus escravos, uma vez que a liberdade dos escravos era uma das bandeiras. O movimento foi derrotado e o líder preso e degredado para Mato Grosso.

**Revolta dos Malês**, Bahia: foi a revolta escrava mais importante da história do Brasil. Ocorrida na Bahia em janeiro de 1835 e foi comandada por escravizados de origem Nagô. O nome da revolta foi dado por conta do culto malê, religião mista e de origem muçulmana, praticado por grande parte dos escravizados revoltosos. Esses escravos sabiam ler e escrever em árabe e poderiam se comunicar sem serem descobertos pelas autoridades. Os revoltosos queriam melhores condições de vida e o fim das perseguições que sofriam por causa da sua cor e da sua religião. A revolta foi sufocada mas serviu para mostrar como havia uma organização dos escravizados e que poderia ser perigosa para o futuro da escravidão.

**Balaiada**, Maranhão: ocorreu entre 1838 e 1841 tendo o problema econômico a sua base. Os problemas econômicos que a província enfrentava prejudicava mais os vaqueiros livres e escravos que se uniram contra a miséria e os maus-tratos. Além deles os profissionais liberais se juntaram a essa luta e organizaram o levante. Os balaios, nome dado aos revoltosos, conquistaram uma cidade da província mas se enfraqueceram por não se entenderem ao assumir o governo. O combate à revolta foi violento e com muitas mortes.

Caro aluno, como pudemos perceber, as revoltas que ocorreram nas províncias tinham motivos e líderes variados, assim como foi a repressão a esses movimentos. Nenhum saiu vitorioso, mas serviu para mostrar que o Brasil no período da regência tinha muitas fraquezas políticas e a continuidade poderia levar à fragmentação do território brasileiro. Na próxima aula, veremos a medida encontrada pelo governo para fortalecer o Império.

## Atividade 2

1. Durante o período regencial, foi feito um Ato Adicional, em 1834. Ele criava as Assembleias legislativas provinciais que teriam a função de administrar as respectivas províncias. Explique o que isso significava quanto à administração do império diante do governo central.

---

---

---

---

## Aula 3: O Segundo Império ( 1840-1889)

O Segundo Reinado começou com o golpe da maioridade. Caro aluno, você sabe que aos 18 anos você alcança a maioridade, certo? Assim também era no período do império. O imperador, deixado por seu pai aos 5 anos no Brasil, só se tornaria imperador aos 18. Mas, uma medida tomada por seus aliados resolveu antecipar a maioridade. Nessa aula, iremos ver as consequências dessa antecipação e o período governado por D. Pedro II.

O período do final da Regência foi de grande instabilidade política. Havia além das revoltas provinciais a luta entre os grupos políticos por maior influência no governo. Para os progressistas, também chamados de liberais, apenas com a antecipação da maioridade do Imperador poderiam ser resolvidos alguns problemas, entre eles o da rebelião. Em 1840, formou-se o clube da maioridade que seria responsável por divulgar a ideia. Em julho desse mesmo ano, a câmara e o Senado concederam a maioridade ao D. Pedro de Alcântara que estava com 14 anos. Assim, foi declarado D. Pedro II e o início do seu reinado de 49 anos.

Logo no início do Segundo Reinado, dois partidos políticos ficaram melhor definidos:

- Partido conservador: surgido após a aliança entre antigos restauradores e os liberais moderados. Defendiam os interesses dos senhores de terras.
- Partido Liberal: formado por aqueles que apoiaram a abdicação de D. Pedro I. Foram escolhidos pelo imperador D. Pedro II para formar o primeiro ministério.

No Segundo Reinado, como forma de pôr fim às crises políticas, o imperador criou o cargo de Presidente do conselho de ministros. Esse presidente era responsável por formar o gabinete ministerial que era apresentado à câmara dos deputados que poderia aprovar ou não essa formação. O presidente do conselho mudava de acordo com as eleições. Assim foi o reinado de D. Pedro II.

Aliás, caro aluno, o reinado do nosso mais longo imperador foi bem distinto e poderíamos citar inúmeros aspectos: econômicos, sociais e políticos. Eram anos de mudança política e social no mundo e o Brasil sofreria os efeitos dos debates políticos

ocorridos na Europa. Entre eles era o da escravidão. Lembra que estudamos a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra? Então, lá a mão de obra empregada era a assalariada. Ou seja, trabalhadores livres que cumpriam uma jornada de trabalho e que ao final dele recebiam um salário. No Brasil, pouco existia esse regime de trabalho e a Inglaterra pressionou o Brasil para que diminuísse a influência da escravidão na sua economia.

A primeira atitude feita para essa ação foi eliminar o tráfico negreiro. Ou seja, não entraria mais africanos para serem escravizados no Brasil. Essa lei foi assinada em 1850 e ficou conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. Caro aluno, não ache que assinar essa lei foi algo simples. Ao contrário, muitos interesses foram contrariados uma vez que o tráfico de escravos movimentava grandes fortunas. Mesmo assim, a pressão inglesa e os acordos que haviam sido assinados alguns anos antes que previa o fim desse comércio de escravos levou à assinatura da lei em 1850.

A escravidão ainda teria duas leis antes daquela que a pôs fim. Em 1871 foi assinada a lei que ficou conhecida como “Lei do Ventre livre”, ela declarava livres os filhos das escravas nascidos no Brasil. Porém, os donos das mulheres teriam que ficar com a criança até os 8 anos de idade. Depois, poderiam ou receber uma indenização do estado por terem cuidado da criança até essa idade ou ficar com eles até completarem 21 anos de idade. Essa lei também reconheceu a legalidade da compra da alforria através da acumulação de recursos por parte dos escravos (pecúlio).

Em 1885, outra lei regularia a vida escrava no Brasil. Nesse ano foi assinada a lei dos Sexagenários. Ela libertava os escravos maiores de 65 anos, apesar da maioria dos escravos morrerem antes dessa idade. O movimento abolicionista que queria o fim da escravidão ficou ainda mais forte com essas leis que ainda não eram satisfatórias.

Enquanto havia o debate político e público sobre o destino da escravidão, o império passava por algumas transformações. Entre elas estava a sua economia. Um produto surgira com força para reativar a economia. Era o café. Plantado na região do Rio de Janeiro (Vale do Paraíba), o café se tornou a principal riqueza do segundo império. Com uso de mão de obra escrava e grandes propriedades de terra, o café produziu inúmeras riquezas e aqueles que se tornaram nobres com todo esse dinheiro, (barões, baronesas, viscondes e outros títulos que eram dados pelo imperador) acabavam interferindo na política para a defesa dos seus interesses econômicos.

Abaixo o mapa da expansão cafeeira, tendo início no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba, depois para o Oeste Paulista. Veja as cidades que foram grandes produtoras de café.



<http://www.pensario.uff.br/video/expansao-cafe-pelo-vale-paraiba>

### FOTO DOS ESCRAVOS NA PLANTAÇÃO DE CAFÉ – MARC FERREZ



[http://revistasamuel.uol.com.br/conteudo/view/20278/Pesquisa\\_investiga\\_trafico\\_interno\\_de\\_escravos\\_no\\_brasil.shtml](http://revistasamuel.uol.com.br/conteudo/view/20278/Pesquisa_investiga_trafico_interno_de_escravos_no_brasil.shtml)

A produção do café sofreu com a diminuição da oferta de escravos. Lembre-se, caro aluno, desde 1850 não existia mais a entrada de africanos para serem escravizados no Brasil. A partir disso, houve um tráfico interprovincial, ou seja, escravos de outras províncias foram mandados para o Rio de Janeiro e São Paulo para as lavouras. Mesmo assim, a oferta de mão de obra diminuía e a plantação e colheita do café era prejudicada por causa disso.

No entanto, esse foi um período de investimento em outras atividades econômicas. Entre elas estava a atividade industrial. Era também a era das ferrovias. A primeira foi inaugurada em 1854 e tinha 14 quilômetros de extensão e ligava o porto da Estrela, na baía de Guanabara, até a raiz da serra, na cidade de Petrópolis. Outras ferrovias foram construídas pelo país e servia para levar a produção do café para o litoral para depois ser exportado e também para o trânsito de pessoas.

A questão da escravidão foi resolvida em 1888. As pressões das ruas, dos escravos e ex-escravos e do movimento abolicionista fez com que se pensassem numa solução rápida a fim de evitar maiores conflitos e problemas. Em maio de 1888, um projeto de lei que extinguiu a escravidão de forma definitiva, sem indenização e sem condição, foi enviado à Câmara dos deputados, aprovado, e enviado ao Senado. A sua última votação foi em 13 de maio de 1888. Nessa época, a regência do Brasil estava sendo exercida pela filha do Imperador, a Princesa Isabel, porque o Imperador estava em viagem para a Europa se recuperando de uma doença. Assim, com a aprovação da lei por parte do senado, a princesa não teve escolha e assinou a lei que acabou com a escravidão no Brasil.

Em agosto de 1888, o Imperador retorna ao Brasil e encontra uma crise a ser enfrentada. Essa crise tinha inúmeros aspectos. Tinha o exército que queria maior participação política após a sua atuação na Guerra do Paraguai (aluno, você irá pesquisar sobre essa guerra), a questão da abolição que desagradou alguns fazendeiros, principalmente os fluminenses, que eram dependentes da mão de obra escrava e que não estavam satisfeitos com a forma como foi feita a abolição. Também houve o crescimento do apoio aos ideais republicanos entre políticos, intelectuais, militares e profissionais liberais (advogados, médicos, jornalistas, etc). Tudo isso gerou uma instabilidade no império e que foi incontornável. Em 15 de novembro de 1889,

um golpe militar pôs fim ao mais longo Império do Brasil. A família imperial sai do país e se exila na Europa. Era o início de um novo tempo.

Na imagem abaixo é um quadro tratando do último baile do império, quase às vésperas da proclamação da República. Esse quadro foi feito anos depois do final do Império, mas é importante para representar essa sociedade imperial que logo recebeu a República, tal como aparece no quadro.



<http://www.panoramio.com/photo/3020910>

### Atividade 3

1. A lei Eusébio de Queiroz provocou uma grande mudança na questão da obtenção da mão de obra escrava. Explique que mudança foi essa e como ela foi importante para, mais tarde, ocorrer o fim da escravidão.

---

---

---

---

---

## Avaliação

1 – (PUC-Rio-2005) Indique a alternativa que identifica corretamente os critérios de cidadania política definidos pela constituição do Estado Imperial, no Brasil, em 1824:

- a) A vigência de um Estado laico impedia que membros da igreja católica ocupassem cargos públicos.
- b) Os princípios da liberdade e da propriedade regulavam o exercício do voto.
- c) O poder moderador permitia ao Imperador suspender os direitos políticos dos cidadãos.
- d) Escravos e homens livres e pobres podiam votar, mas não podiam ocupar cargos políticos.
- e) O sufrágio era censitário, permitindo o voto a homens e mulheres que possuíssem a renda estipulada em lei.
- f)

2 – Ao elaborar a primeira constituição do país, o imperador D. Pedro I não ficou satisfeito e dissolveu a assembleia que produzia o projeto. Qual foi a ação dele depois disso?

---

---

---

3 – Durante o período regencial alguns grupos políticos apareceram. Cite um deles e qual era a sua causa.

---

---

---

4 – Por que no período regencial houve inúmeras revoltas? Analise o mapa das revoltas e identifique uma característica em comum.

---

---

---

5 – Marque a alternativa correta: qual revolta começou no período regencial e se estendeu pelo segundo império, sendo considerada a mais longa revolta regencial?

- a) Cabanagem
- b) Farroupilha
- c) Sabinada
- d) Balaiada

6 – Explique o que foi o “golpe da maioria”?

---

---

---

7 – Marque a alternativa que corresponda a lei que extinguiu o tráfico de escravos em 1850:

- a) Lei de Terras
- b) Lei Áurea
- c) Lei dos Sexagenários
- d) Lei Eusébio de Queiroz



## Referências

[1] FAUSTO, Boris. *Historia Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa oficial do Estado, 2002.

[2] MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

[3] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro I, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## Equipe de Elaboração

### **COORDENADORES DO PROJETO**

#### **Diretoria de Articulação Curricular**

Adriana Tavares Maurício Lessa

#### **Coordenação de Áreas do Conhecimento**

Bianca Neuberger Leda  
Raquel Costa da Silva Nascimento  
Fabiano Farias de Souza  
Peterson Soares da Silva  
Marília Silva

### **PROFESSORES ELABORADORES**

Daniel de Oliveira Gomes  
Danielle Cristina Barreto  
Erica Patricia Di Carlantonio Teixeira  
Renata Figueiredo Moraes  
Sabrina Machado Campos